

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 4.797, DE 2005.

Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que especifica que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

AUTOR: Deputado RUBINELLI

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA

I – RELATÓRIO

A proposição de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Rubinelli acresce dispositivo à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 2003, proibindo que os órgãos da administração pública celebrem contratos com jornais que realizarem publicidade relacionada à pornografia.

O projeto tem como objetivo a limitação da publicidade relativa à pornografia, estabelecendo proibição da Administração Pública firmar contrato com jornais que realizarem publicidade de serviços de acompanhantes que possuam finalidade sexual ou congênere, ou que de alguma forma incentive a prostituição e o turismo sexual.

O despacho inicial encaminhou a proposição a Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Artigo 54 do RICD) - art. 24, II.

O feito vem a esta Comissão para verificação prévia de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária e para apreciação do mérito, não tendo sido propostas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar preliminarmente a compatibilidade e a adequação da proposta com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos dos arts. 32, X, letra h, e 53, II, do Regimento Interno e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que determina critérios para tal exame.

Preliminarmente, sob o aspecto da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária do projeto cumpre salientar que a proposição não implicará em impacto direto no aumento das receitas públicas. Desta feita, não cabe pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira, do PL n.º 4.797/2005.

Quanto ao mérito entendemos que a proposição enaltece e salvaguarda a sociedade brasileira sendo, além de louvável a presente iniciativa, relevante, e plenamente cabível.

A questão da pornografia em nossa sociedade requer medidas efetivas e urgentes, principalmente ante a correlação com a prostituição, o turismo sexual e exploração sexual infantil.

A grande problemática da publicidade pornográfica é a falta de regras específicas para a sua veiculação, a limitação da referida modalidade de publicidade mostra-se como medida efetiva para limitar a referida modalidade de publicidade.

A única ressalva que passamos a efetuar refere-se à abrangência da proposição em análise. Dá-se que a expressão contratação de jornal não abarca todas as modalidades de publicidade correlacionadas à administração pública, haja vista, que para o cumprimento do princípio da publicidade enunciado no *caput* do art. 3º, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 pode-se efetivar a contratação de jornal, também denominado diário local, e, ainda, de agência de propaganda e publicidade para fins de contratação de serviços de publicidade institucional e comunicação social, pelo que entendemos cabível o substitutivo anexo, a fim de que se torne mais abrangente a redação da proposição analisada.

Diante do exposto, votamos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira do PL n.º 4.797, de 2005 e, no mérito, pela aprovação do PL n.º 4.797, de 2005, nos termos do substitutivo.

Sala das Comissões, em

EDUARDO CUNHA
Deputado Federal

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 4.797, DE 2005.

Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que especifica, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

AUTOR: Deputado RUBINELLI

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o inciso III, ao § 1º do art. 3º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§1º

(...)

III – celebrar contrato com qualquer veículo de comunicação, diretamente ou através de agência de propaganda e de publicidade, que façam publicidade de serviços de acompanhantes que possuam finalidade sexual ou congênere ou que de alguma forma incentive a prostituição e o turismo sexual.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

EDUARDO CUNHA

Deputado Federal